

E AGORA UNESP? O VETO MANTIDO, SEM VERBAS EXTRA-LIMITE PARA 2006 E UM ORÇAMENTO PARA FECHAR E OUTRO PARA PLANEJAR

A ADUNESP, COMO SEMPRE FEZ, MANTERÁ A LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E POR MAIS VERBAS PARA O FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE, DENUNCIANDO A EXPANSÃO IRRESPONSÁVEL SEM VERBAS E REAFIRMANDO QUE NÃO SERÁ O SALÁRIO DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS QUE PAGARÁ ESTA CONTA!

A boa notícia é que em outubro teremos a reposição de 2,8% em nossos salários, minimizando as perdas inflacionárias, mesmo que distante da nossa data-base. Esta foi uma conquista para os trabalhadores fruto unicamente da mobilização e da Luta! Porém, no início do mês em que deveríamos comemorar esta conquista, ficamos perplexos diante da manutenção do veto do Zeroaldo Alckmin pela bancada governista na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), mesmo com uma enorme mobilização e greve da comunidade junto à ALESP.

Sabemos que a previsão de arrecadação do Estado sempre é subestimada. Não tendo a vinculação de recursos destinados na LDO-2006, teremos que, mês a mês, acompanhar o repasse financeiro às universidades, para garantirmos os 9,57% do ICMS e, principalmente, da parcela do excesso de arrecadação do ICMS, resultado da diferença entre o previsto e o efetivamente arrecadado. Ou seja, nada está garantido. Na verdade, revelou-se “papo de botequim” a fala do líder do governo na ALESP, Deputado Edson Aparecido (PSDB) e do Secretário de Ciência e Tecnologia, de que neste orçamento seria ampliado o percentual de 9,57% para 9,67% do ICMS. Cadê, Zeroaldo, o aumento na LO?

Por outro lado, para a Unesp, as coisas ficarão ainda piores, acredite se quiser. Em audiência com o Prof. Macari, no dia 04/10/05 e, posteriormente, a partir da leitura do texto da Lei Orçamentária/2006, a Adunesp tomou ciência que não haverá recursos extra-limite para bancar a expansão de vagas. Melhor dizendo, haverá, sim, a destinação de 38 milhões extra-limite, porém 20 destinados à Unicamp para a implantação do campus de Limeira e 18 milhões à USP, para acabar a implantação da USP/Zona Leste. E para UNESP, que fez a expansão irresponsável, ZERO.

A pergunta que todos devem se fazer é quem pagará a conta na Unesp? A reitoria continuará com sua economia doméstica com ampliação dos cortes? O arrocho salarial que compensará o malogro da estratégia da negociação do Cruesp com o governo Alckmin, visto que este, até hoje, não recebeu os reitores das três universidades estaduais paulistas?

Fica evidente a lógica do governo de apenas criar, mas não garantir a manutenção da expansão de vagas, motivo pelo qual a Adunesp durante o processo de ampliação de vagas sempre defendeu o financiamento definitivo antes de criar novas

Associação dos Docentes da UNESP

vagas. O reitor manifestou, também nessa reunião, a dificuldade da Unesp em manter a data-base em maio/2006, que ainda haverá professores substitutos, conferencistas. Afirmou, ainda, que apesar de liberar as férias de outubro e novembro, as de dezembro/janeiro/fevereiro não estão garantidas, bem como a 2ª parcela do 13º salário. Entretanto, ao contrário do se quer fazer crer, não é a arrecadação do ICMS a causa dessa lamentável situação, visto que se analisarmos a proposta de Lei Orçamentária para 2006, enviada pelo Governador à Assembléia Legislativa, identificamos que está sendo projetada uma inflação em torno de 5,5% e um crescimento vegetativo de 3,7%. Se aplicarmos estes percentuais sobre o total de arrecadação prevista projetada para 2006 e subtrairmos o resultado deste montante, obteremos que o governo está projetando arrecadar em 2005 aproximadamente 37,5 bilhões. Assim, o terrorismo feito, no mês de agosto, apresentando uma previsão de arrecadação que não chegaria a 36,5 bilhões com base nos dados da APLO, para justificar os cortes, a possibilidade de não pagamento de 13º e não liberação de férias ou foi injustificado ou existem razões outras que a arrecadação do ICMS para os tais cortes. Prova disso, é mais um comunicado da reitoria liberando as férias de dezembro.

A Adunesp denunciou desde o início que esta tragédia na arrecadação do ICMS não iria acontecer e o caminho que se fazia necessário trilhar, à época, era a luta junto a Alesp pelo aumento do percentual de financiamento na LDO, para evitarmos passar por problemas ainda mais grave em nossa instituição no futuro próximo.

Companheiros, o que precisamos é de aumento definitivo de verbas para combatermos, de forma séria e estrutural, as conseqüências da expansão irresponsável e acordos realizados pela gestão Trindade com o governo estadual. *E a atual reitoria, estará no caminho certo para a solução desses problemas?*

A Adunesp sempre defendeu que sem as verbas definitivas não deveríamos consolidar as Unidades Diferenciadas e muito menos mudar o Estatuto. Este não seria "um trunfo" para buscarmos reverter a manutenção do Veto? Buscarmos ter verbas extra-limite? Como o governo reagiria, num ano eleitoral, se o Conselho Universitário apontasse a possibilidade de fecharmos cursos devido ao descompromisso do Governo do Estado em manter financeiramente as vagas já criadas?

É preciso ter coragem para a defesa da Instituição. Não podemos resolver o problema dos alunos a partir da lógica causa e efeito. Uma mudança de Estatuto é muito séria! Um erro neste processo poderá desconfigurar a instituição Unesp, alterando seu modelo de Universidade pública de qualidade que integra o ensino, a pesquisa e a extensão para uma Universidade que passa a aceitar para uma parcela de seus alunos um ensino aligeirado.

Ninguém lutará por nós. Tampouco ninguém luta por aquilo que não acredita. A Adunesp S. Sindical reafirma sua disposição para a luta e acredita que é possível a Unesp manter-se como uma das principais universidades do Brasil e com trabalhadores valorizados.

Contamos com você, professor, nas lutas que ainda enfrentaremos neste ano.

A LUTA CONTINUA!